
REFLEXÕES E PRINCÍPIOS PARA OUTRO TRABALHO SOCIAL

Israel Pacheco Júnior e Sandro Barbosa de Oliveira

Israel Pacheco Júnior e Sandro Barbosa de Oliveira são educadores populares e associados da Usina CTAH. Israel é professor do Centro Paula Souza e mestre em sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Sandro é mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e doutorando em Sociologia pela Unicamp, com graduação em Ciências Sociais pela Fundação Santo André (FSA).

Neste texto, que até então não havia sido publicado, os autores articulam uma reflexão a respeito do trabalho técnico social que eles desenvolvem junto aos mutirantes nos processos assessorados pela Usina. Para tanto, procuram resgatar aspectos históricos da atuação da assessoria nessa área, ao mesmo tempo em que desenvolvem seus próprios pontos de vista sobre o tema.

O trabalho social, no universo da arquitetura e no canteiro de obras com mutirantes e trabalhadores da construção civil, se desenvolveu a partir da necessidade de auto-organização dos participantes para gerir e construir suas habitações. Historicamente, o trabalho social nasceu de maneira enviesada e oriundo de uma perspectiva conservadora, em que predominava uma visão assistencialista do Estado para com os trabalhadores. No entanto, ele foi apropriado pelos movimentos de moradia e, posteriormente, pelas assessorias técnicas, que juntos lhe atribuíram uma intencionalidade política ao se referenciarem em experiências de educação popular.

Na história da promoção de habitações por parte do Estado, é recorrente a ênfase da origem do trabalho social a partir das políticas do Banco Nacional de Habitação (BNH), decorrente do intenso processo de ur-

terreno social na medida em que descolava pessoas com origens muito distintas para Serviço (FGTS) e da Aí Anna para o Projeto, estabeleceu a demanda pelo trabalho das classes populares, e financeira com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de vida (FGT) que foi criado como resposta conservadora do regime militar às demandas

de pos-ocupação, o que exigia uma atuação em conjunto com outras di-
o trabalho autogestionário de produtividade habitacional à vida urbana no
O trabalho social na Usina se originou com a necessidade de articular

O TRABALHO SOCIAL NA USINA: DO TRABALHO AUTOGESTIONÁRIO À VIDA URBANA NA CIDADE

orientam o trabalho social da assessoria.

a desenvolver algumas reflexões sobre as práticas e os princípios que muitos autogeridos, os cientes sociais da Usina se propõem aqui

cias e políticos em que estão inseridos.

respeito das relações que estabelecem entre si e com os processos so-
por meio da autogestão, onde os trabalhadores adquiriram consciência a contrar o sentido do trabalho executado, algo que só se torna possível um dia se prepara um clímax. Em outras palavras, era preciso en-
Nesse contexto, não bastava apenas ensinar a assentadoria um dia ou a

passou a exigir um trabalho social de outra natureza.

cesso de concepção, produzido ocupação das habitações, aspecto que trabalho referenciadas na autogestão, aliando técnica e política no pro-
gumas dessas experiências desenvolveram relações de produtividade possivel experimentar formas distintas de produzir habitação. Al-
Era nessa do Partido dos Trabalhadores (1989-1992) em São Paulo, foi triplicado das experiências de mutirão, reforçadas pela gestão de Lúiza partiu do final da década de 1960.¹

bancária e autoconstrução de habitações em regiões metropolitanas a No início dos anos 1980, com a ascensão das lutas por habitação e a mul-

mensões do viver na cidade: educação, saúde, transporte, abastecimento, etc. Como se sabe, as pessoas não apenas habitam uma casa ou um apartamento, mas uma cidade, que deve reunir equipamentos públicos, culturais e comunitários que permitam a apropriação e socialização das riquezas humanas socialmente produzidas pelos trabalhadores.

Nesse contexto, enquanto os movimentos de moradia passaram a formar seus próprios técnicos sociais visando a organização política e comunitária de seus membros, a Usina se viu sob a necessidade de integrar em sua equipe técnicos sociais que pudessem relacionar o trabalho dos arquitetos no desenho e no canteiro com a formação política dos mutirantes e sua organização para viabilizar a autogestão.

Ao mesmo tempo, emergia a necessidade de conhecer as características daqueles trabalhadores: situação socioeconômica, sócio-ocupacional, familiar, entre outras, de forma que o processo de projeto e de construção permitisse o desenvolvimento de sua consciência política. Nesse sentido, a intenção não era apenas a construção de habitações bonitas e de boa qualidade, mas a construção de novos sujeitos através de um processo de politização e de ampliação de seus horizontes durante a construção de suas próprias habitações.

Foi nessa perspectiva que, no início dos anos 1990, se iniciou o trabalho social na Usina, com o ingresso de Sandra Sawaya, psicóloga social que participou dos mutirões 26 de Julho e União da Juta, na Zona Leste de São Paulo. Foi nesse momento que a Usina iniciou a construção de uma perspectiva interdisciplinar a partir da interação dos arquitetos com os técnicos sociais, muito embora não houvesse recursos para a realização do trabalho social, o que dificultava o desenvolvimento de ações e atividades específicas de formação técnica e política dos mutirantes.

Naquele momento, os técnicos sociais da Usina se propuseram a conjunto para a politização do processo de produção da habitação, para a formação dos trabalhadores para a luta pelo direito à cidade. Em síntese, tratava-se de reconhecer que ao produzir habitação, produz também a cidade e, nesse processo, um novo sujeito.

O trabalho social, portanto, deve ter uma função de contribuir para o desenvolvimento da dimensão social que os sujeitos vivem na sociedade, de forma que se reconheçam como trabalhadores que pertencem a uma classe que luta por sua sobrevivência e por melhores condições de vida. Além disso, um dos desafios apresentados é desenvolver atividades e formar pessoas que permitem a aproPRIAÇÃO do trabalho desde o projeto (enquanto desenho) até o centro, apontando para um horizonte de superação da alienação por meio da aproPRIAção, pelos trabalhadores, da totalidade do processo.

Dessa forma, o primeiro passo do trabalho social é apresentar aos trabalhadores o que é um centro autogerido (a partir das experiências históricas das assessorias e dos movimentos de moradia), mostrando uma alternativa à autoconstituição individual e a constituição através de uma empreiteira (cujo lucro é convertido, nos muitos autogeridos, em unida-des habitacionais maiores e com melhor qualidade arquitetônica). Em seguida, é preciso apresentar e discutir com os trabalhadores os programas que dão ao trabalho heterogêneo – decisões que devem ser tomadas em assembleia.

Uma vez definida a opção pela autogestão, o próximo passo da Usina é desenvolver a concepção do projeto através de um processo participati-vo, momento decisivo no processo de autogestão, onde se reúne os es-forços dos trabalhadores, lideranças do movimento popular e técnicos das unidades habitacionais, mas a qualidade do ambiente interno e exterior do projeto é as técnicas construtivas adequadas aos mu-tirantes e trabalhadores assalariados.

Em geral, essa fase tende a ser desenvolvida mais diretamente pela equipe de arquitetos, por ser o momento de desenho e cons-trução do projeto. Ainda assim, o papel do técnico social é fundamental, equilibrando as argumentações, por ser o responsável pelo equipamento e a medida em que pode contribuir pensando junto com a equipe técnica na medida em que pode contribuir pensando junto com a equipe técnica trazida do projeto. Ainda assim, o papel do técnico social é fundamental, equilibrando as argumentações, por ser o responsável pelo equipamento e a medida em que pode contribuir pensando junto com a equipe técnica trazida do projeto.

de arquitetura as atividades e formações com os futuros mutirantes visando a construção coletiva do projeto.

Nas experiências da Usina, esta tende a ser uma etapa criativa e instigante, na medida em que as discussões sobre o espaço da cozinha, da sala e dos quartos podem gerar debates importantes a respeito de questões de gênero e tensões relacionadas à convivência entre diferentes faixas etárias. Aqui, o técnico social pode contribuir substancialmente com uma leitura crítica da realidade social e das relações entre os futuros mutirantes.

Com o amadurecimento do processo de diálogo da assessoria técnica com os trabalhadores, torna-se cada vez mais necessário conhecer as características dessas pessoas que compõem a demanda: condição socioeconômica e familiar, posição sócio-ocupacional e de mobilidade social, habilidades, escolaridade e formação profissional, entre outros aspectos, para que seja feito um diagnóstico que estabeleça um entendimento sobre os desafios do processo de formação a ser desenvolvido junto aos trabalhadores e as possíveis contribuições de cada um nesse processo coletivo de aprendizagem.

Com base nesse diagnóstico – e no conhecimento prévio de algumas características dos sujeitos que compõem a demanda –, é feito um planejamento das atividades do trabalho social, em geral realizado em diálogo com os trabalhadores, através de atividades formativas, questionários qualitativos e quantitativos que permitem a definição conjunta das atividades de formação que serão realizadas durante os períodos de pré-obra, obra e pós-obra. Naturalmente, este planejamento está sujeito a modificações de acordo com as novas necessidades do grupo no processo.²

Em paralelo, os técnicos sociais realizam uma série de atividades de formação com o conjunto de pessoas que constituem a demanda. Nessas atividades, ocorre a divisão do grupo de moradia em equipes de trabalho (nícleos ou brigadas) e comissões de autogestão, buscando uma divisão equânime do grupo por faixa etária, gênero e habilidades.

² A Usina tem dois exemplos recentes de planejamentos dessa natureza: o Plano de Trabalho Social do Mutirão Paulo Freire (2000-2010) e o Plano de Trabalho Técnico Social (PTTS) do Mutirão Cinco de Dezembro (2010-atual).

FORMAÇAO DAS BRIGADAS DO MUITRAO

las deveriam fazer carinho em quem estavam com as bexigas vermelhas. Assim, a animação foi completa e a diversão garantida em uma atividade organizativa importante. Passamos então ao momento final de formação das brigadas: solicitamos que estourassem as bexigas, pegassem as letras que estavam contidas no balão e começassem a cantar a canção. A proposta foi a de que as brigadas fossem formadas pouco a pouco pelas pessoas que iam se juntando em coro com as que possuísem a mesma música, até formarem-se as brigadas 1, 2 e 3. Depois de todos se juntarem, pedimos que cada brigada cantasse em coro a música do balão e, em seguida, todos aplaudiram. Então, solicitamos que cada uma das brigadas se juntassem para discutir as principais responsabilidades que considerassem ter durante a obra. Depois, pedimos que batizassem com um nome cada brigada a partir de suas experiências de lutas realizadas até então. Os nomes que escolheram tiveram influência das músicas utilizadas na atividade: Fogo e Paixão, Todos Unidos Venceremos (TUV) e Trem das Onze.

A atividade criadora do trabalho no mutirão permite compreender, a partir da produção de habitação, a dinâmica da produção da cidade, que exige uma atuação política e social correspondente. Entretanto, o desafio está em como identificar os agentes envolvidos na teia de conflitos que constituem a produção da cidade. Nesse ponto, é necessário realizar uma série de atividades de formação que permita aos sujeitos interrogarem as reais disputas existentes na cidade a partir de sua própria luta cotidiana pela moradia. Disso decorrem as seguintes questões: quais são os agentes, seus interesses e a dinâmica da disputa por terras na cidade? Como apreender a relação e as contradições entre a triade capital, trabalho e Estado a partir desse processo? Como ampliar as lutas para além da habitação? E como garantir mais recursos para esses projetos, ao mesmo tempo em que sua concepção, execução e apropriação possibilitem a construção de relações sociais de outra natureza, que agudizem as contradições do próprio processo e contribuam com a formação política desses sujeitos?

das e todos devem atuar em alguma das comissões criadas, e importância das trabalhos das comissões de autogestão. To- cada brigada. Nas brigadas, formam apresentada as motivações de Bertrand Brecht, depois com as palavras de ordem de cada uma delas, foi iniciada com o poema "Precisamos de das famílias a partir das três brigadas e dos quatro subgrupos das pessoas nas comissões. A atividade, que visava a divisão das tarefas sociais e dois arquitetos para realizar as ativi- dades. Os arquitetos pensaram e preparam a distribuição das pessoas nas comissões. Além disso, contou com a presença de compor as comissões. Além disso, contou com a presença de distribuição de cada representante por brigada que deveria de cada comissão e uma plotagem grande com a imagem da brigadas de trabalho (ver box anterior). A Usina levou mate- rias informativas com a descrição das atribuições e funções formam divididas em assembleia a partir da composição das As comissões de autogestão do Multirão Cimco de Dezembro

FORMAÇĀO DAS COMISSÕES DE AUTOGESTĀO

experiências de educação popular existentes no movimento popular. Usina, por sua vez, seguiu um caminho peculiar, tendo como referência a auto-organização dos trabalhadores na gestão de suas moradias. A veram um trabalho social que parte da dinâmica do centro de obras e na cidade, o movimento de moradia e assessorias técnicas desenvol- Dianete das lutas e relações de classes pela aproPRIAGĀO da vida urbana

cooperação no interior de uma comunidade de trabalhadores. a conquista de terra e de recursos públicos, pode fortalecer os laços de tamente através da ação direta nas ruas e nas ocupações que, mediante davai, introduz um processo de conscientização peculiar e de entre- capital, sobre tudo em economias muito desiguais como a brasileira. To- balleadores e de sua luta por emancipação. Essa produtividade para a como material e simbólico essencial para a reprodução social dos tra- sumo compreensão de possíveis intervenções na cidade - um bem de con- popular por autogestão apresenta alguns aspectos primordiais para a inserida num fenômeno urbano complexo, a produtividade habitação

de maneira a garantir a participação e a horizontalidade das relações no canteiro e na gestão da obra. No caso específico do Mutirão Cinco de Dezembro, as comissões de autogestão definidas para realização da gestão da obra foram: Acompanhamento de Obras, Ciranda, Compras, Cozinha, Financeiro, Ética, Pontuação, e Segurança no Trabalho.

DO ASSISTENCIALISMO À EDUCAÇÃO POPULAR

Em São Paulo, o trabalho social na habitação popular se originou ao final da década de 1970, quando os movimentos organizados nas favelas passaram a reivindicar energia elétrica à prefeitura. Nesse momento, a gestão pública municipal criou o setor de Habitação dentro da Secretaria de Bem Estar, para viabilizar a eletrificação dessas comunidades. Os técnicos começaram a assumir a especificidade do trabalho social a partir desses movimentos com o objetivo de reforçar e fortalecer a iniciativa desses sujeitos. Segundo relato de técnicos, o trabalho social foi assumido pelos assistentes sociais, que se apropriaram e deram a direção de sua condução. Ainda sob uma visão assistencialista, o trabalho social era feito de modo a “ensinar” os trabalhadores a cuidar do empreendimento, mas se deparava com a necessidade de ajudar na construção e orientação política desses sujeitos concomitante ao processo. Nessa perspectiva, os técnicos sociais eram responsáveis mais por uma assistência direta relacionada à moradia do que por um processo que possibilitasse a criação de uma consciência de cidadania política.

No final da década de 1970, parte das experiências de organização dos trabalhadores e das lutas que se conformaram durante o período do golpe vieram à tona novamente, e essas perspectivas contribuíram com a organização de vários movimentos populares, partidos e agremiações estudantis. Esses processos estavam ligados a um procedimento educacional que visava estabelecer uma orientação distinta dos métodos vexatórios da educação formal. O “método” (ou mais precisamente a *pedagogia*) a que nos referimos tem origem nos mecanismos da educação popular, que tiveram peso significativo, sobretudo, para as organizações que enxergavam alternativas ao regime de exceção vivido pelo país.

Numa outra esfera, dentro da disputa que se colocaava pelo conjunto dos inconformados dessa realidade seguiam as frenetas populares, intelec- tuais, partidos políticos, estudantes, trabalhadores, associações de bair- ro, setores da igreja, etc., em uma dinâmica contrária àquela perspecti- va, de reivindicação ao daguerro das demandas que haviam sido barradas pela Ditadura Militar, mas também de afirmá-la de uma identidade cultural e de classe que reestruturasse as relações nos campos político, econô- mico e social, e que contribuisse com as relações de superação dessa ordem determinada. Nesse jogo que estabelece parâmetros desse siste- ma

ção das contradições se coloca a educação popular, que contraria aquela ordem definida e aponta diretrizes para sua superação.

Esse processo educacional cheio de intencionalidade política e que contribuía para o desvelamento da realidade opressora e formação de uma nova consciência tem como elemento teórico e orientador principal de seu processo o educador Paulo Freire, que mesmo afastado das atividades políticas no seu país de origem – em função do contexto político que cerceou a participação de vários intelectuais, trabalhadores e movimentos – desenvolve a partir das suas experiências com os processos de alfabetização no Nordeste, com sua inserção nos movimentos de cultura e reivindicatórios do país, um procedimento para melhor empoderamento do conhecimento que ficou conhecido como *pedagogia do oprimido*.

Inserido numa multiplicidade eclética de conceitos, teorias e categorias distintas, o autor elabora, a partir de uma leitura ontológica do sujeito na história, uma compreensão atenta das suas potencialidades e limitações. Por um lado, reconhece que a vocação ontológica do Ser estava ligada às suas características de inacabamento, inconclusão e incompletude. Daí homens e mulheres possuírem a capacidade de “serem mais” no mundo em que vivem, pois não estão prontos, são sujeitos construídos ao longo do processo da vida, adquirem e incorporam os elementos de cultura ao longo do processo histórico que os engendram; não estão em todo acabados, pois sempre estão aprendendo algo novo, constroem conhecimento para dar respostas ao mundo em que se encontram; e são sujeitos por excelência de relações sociais, não vivem isolados dos outros seres e do mundo que os cerca, há uma relação intrínseca de dependência do mundo e de homens e mulheres. No entanto, o confronto direto com a realidade material e a realidade opressora que se coloca, não permite que esses mesmos homens e mulheres exerçam sua vocação ontológica de “serem mais” no mundo, mas justamente o contrário. A partir daí, Paulo Freire (re)pensa processos que suscitem a possibilidade do desvelamento do real para situar o ser social nesse contexto, para que transforme a sociedade opressora que o cerca e determina.

Além de não minimizar a chamada pedagogia literária, mas desatar em sintese suas principais diretrizes, farmos aqui uma rápida exposição a bordando como Paulo Freire aponta os caminhos para essa possibili- dade histórica. Destacamos por ora quatro elementos essenciais de sua perspectiva: Lettrura do mundo, temas geradores, diálogo e critélio de cultura, como possíveis rotas metodológicas a fim de ampliar a com- preensão da sociedade em que vivemos para uma interação mais cri- tica na realidade em que estamos inseridos e conscientes dos processos culturais, como possíveis rotas metodológicas a fim de ampliar a com- preensão da realidade econômica que se apresenta. Essa é o momento por excelência da possibilidade de desenvolvimento da realidade opressora e perversa, e da construção de uma inter- pretação da realidade preferida pelos elementos críticos que a compõe, antes velados. Mantendemos que esse primeiro passo coloca o sujei- to na realidade vigente, agora permeado por outros referenciais, mais críticos, assumindo uma explicação mais coerente do processo históri- co que consequentemente o impulsiona à luta pela sua transformação. Os temas geradores estarão envolto nela, "rede de relações signifi- cativas" que os sujeitos estão imersos. Cabe ao educador investigar e descobrir essa rede e, a partir dela, elencar os temas mais destacados elaborar uma proposta de trabalho correlacionando com os elementos que mais significativo dentro da rede de relações que o compõe e sua correlação com outros temas também significativos que estão imbricados. Lançan-

do um olhar sobre o problema local, descoberto e revelado a partir de debates e investigações, ampliamos o aprofundamento crítico com os demais temas que compõe a conjuntura. Partindo das necessidades ou da especificidade que engendra o tema revelado, cabe ao educador recolocar o problema de modo a ampliar a visão do educando no conjunto presente do tema descoberto – partir do local rumo ao global.

Todo esse processo é entrelaçado por uma prática dialógica, quer dizer, o diálogo é a condição que leva os sujeitos (educador e educando) a uma concepção e apreensão de conhecimento. Para Paulo Freire, o diálogo só é possível entre sujeitos iguais e dispostos à construção coletiva de saberes, caso contrário não tem diálogo, mas imposição de uma visão sobre a outra, daí monólogo. Destaca que o diálogo nessa perspectiva deve estar envolto de certas características que o condiciona para alcançar o fim que almeja; numa prática dialógica efetiva a humildade, a esperança, a fé e o amor são elementos fundamentais em sua composição, nesse sentido: a humildade que não prostra, mas coloca os sujeitos do conhecimento (educador e educando, que mesmo com acúmulos culturais diferentes e com posições distintas na relação educacional) na mesma condição de igualdade para apreensão do saber que se constrói; a esperança não do verbo esperar, mas esperança na crença de que o outro é passível de mudanças, já que é um sujeito social em construção permanente; a fé não deve ser entendida apenas num sentido religioso, do religamento com o sobrenatural, mas a fé que move as mudanças a partir do outro e com o outro; e o destaque para o amor, onde Freire aponta, a partir de experiências históricas, que não se transforma nenhum processo social radicalmente sem o sentimento de amor às pessoas e ao mundo em que vivemos.

A conveniência desse processo deve ser construída em espaços que possibilitem a transformação das pessoas e das relações. Nessa orientação, os círculos de cultura devem ser compreendidos como um lugar onde os sujeitos em busca do conhecimento se colocam com intencionalidade política e fazem desse espaço de criação de perspectivas o momento de afirmação das suas possibilidades. Essa intencionalidade deve ser entendida como um meio onde se constrói coletivamente a autonomia de sujeitos críticos, a apreensão crítica da realidade conjuntural e as perspectivas de

Mediados pelo processo de educação popular, entendeumos que o desen-
volvimento do trabalho técnico social da Uisina conseguia dar um salto
qualitativo na formação do sujeito, pois ao problematizar os incor-
porarmos a situação de sua suposta naturalização. Os meca-
nismos que criou as condições de sua suposta naturalização.
Por exemplo, pouco a pouco numa realidade mais ampla e complexa,
o qualitativo na formação do sujeito, pois ao problematizar os incor-
porarmos a situação de sua suposta naturalização. Os meca-
nismos que criou as condições de sua suposta naturalização.
Mais histórica para que seja possível desvelar essa mesma realidade,
contribuiindo para que possa ler o mundo de uma forma menos fatalista,
mais histórica para que seja possível desvelar essa mesma realidade,
tando cenários de futuro e de crítica social.

Junturas nacionais e internacionais mais complexas.
cas locais de seu bairro e de seu município são reflexos também de con-
tato com maior clareza de correlacionar os processos históricos e sociais
que fazem parte do seu cotidiano, compreendendo que as problemati-
e com maior clareza de correlacionar os processos históricos e sociais
mente tem mais possibilidades de se entender no mundo em que vive
constituído da habitação e do novo sujeito que se forma concorrente.
gões que os conformaram. Entendemos que a partir desta orientação, a
é da Educação Popular, dar saltos significativos no processo de politiza-
ção e conscientização dos sujeitos em busca de transformação das rela-
Em si messe, esses elementos correlacionados orientam uma perspecti-
va de construção de saber coletivo que permite, na visão de Paulo Freire
deve ser entendido como um espaço de politzagão e de escrachamento.

se formam a partir desse contexto. Nesse sentido, o circulo de cultura
peçossas em roda, novas sociabilidades São construídas e novas relações
co vivemos descontruíndo os paradigmas da educação tradicional. Com as
cultura operadora é ideologia que nega a vida. Pelo circulo, pouco a pou-
respeito às diferentes culturas que o compõe, mas sobretudo de crítica à
cipientes do circulo; o espaço deve ser concebido como um momento de
vies cenários que mediário as agões a serem desenvolvidas pelos parti-
formas de socialização do saber; aqui se produz coletivamente os possi-
diado permanentemente por essa perspectiva a fim de promover novas
o diálogo se torna algo comum entre os participantes, pois deve ser me-
superágio das limitações colocaadas pelo tempo histórico. Nesse espaço,

QUAL SERIA ENTÃO O LUGAR DO TRABALHO SOCIAL ATUALMENTE NA USINA?

A realidade social nos coloca desafios de seu tempo histórico e de suas lutas políticas. Por isso, saber pensar para além dos problemas é também buscar uma chave interpretativa para superar os limites colocados por este mesmo tempo. Na conjuntura em que estamos inseridos, os limites para uma ação de intervenção política são maiores do que as possibilidades de atuação e, por isso, a apostar em processos de organização, formação e mobilização popular pode ser a chave da superação desses limites, para que possamos voltar a sonhar com processos emancipatórios.

O contexto social atual demanda uma compreensão da conjuntura e das práticas sociais dos sujeitos envolvidos nos processos de luta por habitação ou, de forma mais ampla, por justiça social. No âmbito estrutural da sociedade, as duas últimas décadas foram marcadas pela ascensão e declínio do lulismo como modo de regulação do Estado e da ampliação da precarização do trabalho nos processos de acumulação. Se por um lado, o lulismo, como um conjunto de políticas de conciliação de classes, incidiu na diminuição da fome e da pobreza, elevou o salário mínimo e organizou a distribuição de renda como política de Estado por meio do programa Bolsa-Família, realizou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) e permitiu maior acesso dos trabalhadores à universidade, por outro lado, sua política econômica reforçou um ciclo de acumulação baseado numa articulação entre a produção do espaço (infraestrutura e setor imobiliário), o crédito (setor bancário), as exportações de *commodities* e o desenvolvimento de setores da indústria naval e petroleira.

Esta conjuntura não apenas foi incapaz de alterar as condições estruturais que geram a desigualdade, como provocou um descenso nas lutas sociais a partir da inclusão pelo consumo e da despolitização de parte dos trabalhadores. Nesse contexto, o trabalho social desenvolvido pela Usina procura construir junto aos mutirantes ações orientadas para uma leitura crítica de sua realidade social e normativa. Em contextos complexos como o atual, permeado por indefinições políticas que ex-

³ Essas premissas não estão contempriadadas nas diretrizes do programa MCMV En-tiades, que prevê a abertura a técnicos sociais sobre tudo em tarefas como resolu-ção de conflitos, cadastrais, sistematização de dados socioeconômicos dos mutirantes e de suas famílias, acompanhamento e organização do processo de eleição de representantes da Comissão de Acompanhamento à Obra (CAO) e da Comissão de Representantes das Clínicas, acoplamento e organização de outras atividades que antecedem a obra e o seu desenrolar.

Partimos de uma leitura de realidade onde constatamos que muitos homens não são verdadeiramente os protagonistas no mundo em que vivem, muito menos expressam todas as suas potencialidades e vontade-

desse processo sonhar as alternativas de sociedade que queremos. Uma consciência de classe. A dimensão da utopia é esta presente e parte projetando cenários comuns, enfin, dando sentido para a construção de realistas, promovendo o debate a critica em todos os seus instâncias, fatalistas, desconfiados e expectativas imediatistas e socias distinhas entre nós, desconfiados e expectativas imediatistas e possivelmente acerca do mundo e incorporá-las a uma dimensão crítica do real. Nesse exercício, procuramos dar sentido a construção crítica do trabalho e estímulos pensamento a interpretações que o trabalho pode trazer.

Visualizamos com esse processo construir um ambiente onde a so-

ciabilidade criada pelos referenciais que nos orientam permite que as pessoas vivenciem um espaço afetivo e dialógico, onde procuramos va-los com elementos lúdicos.

Outro elemento que essa presente em nossa dinâmica de trabalho é a reflexão a respeito do tema sobre o qual iremos dialogar e problematiza- cada uma das reuniões formais e/ou de organização, promovendo uma processo de autogestão que orienta o processo. Para tanto, no intuito de que se situa perfeitas e produtivas do espaço que promove a do dia, calorosa, procurando criar condições favoráveis para o diálogo, para ntes, quer dizer, acolher todos os presentes de forma afetiva, preocupado com o acolhimento em nossos espaços de forma a, reu-

formigaço politica e na organização da classe trabalhadora, que dessa tecnicos sociais deve partilhar de premissas liberdadoras, apostando na forma, pode intervir criticamente na realidade que a condição.

des. Desta forma, contribuir para o empoderamento com a possibilidade de visualizarem outro cenário, e experimentarem novas formas de relações, é o caminho que acreditamos ser possível para construirmos outras relações. Apostamos nos processos de formação política como um elemento diferencial na relação com a demanda do mutirão. Não basta o sujeito estar empoderado da técnica construtiva se não aprofundar a reflexão sobre os mesmos mecanismos que estão ocultos na técnica.

Internamente, no cotidiano dos trabalhos da Usina os técnicos sociais ajudam a organizar periodicamente ciclos de formação que permitam a compreensão comum da conjuntura externa, para que possamos potencializar nossas práticas e realizar intervenções coerentes nas ações. A proposta é problematizar contextos e relações sociais para compreender no âmbito teórico os desdobramentos das relações práticas nas quais estamos envolvidos e potencializar intervenções no sentido de mudanças efetivas nessas relações.

Por fim destacamos, ao reafirmar nossos princípios nas bases em que fomos forjados, que nossas opções teóricas e práticas dialogam com os referenciais daqueles que tiveram uma preocupação imanente com as grandes transformações da sociedade. Por isso, nos consideramos trabalhadores sociais, educadores populares e sujeitos periféricos, porque sofremos e carregamos na pele os resultados das contradições de uma sociedade injusta e exploratória, e enxergamos que somente as teorias e práticas emancipatórias apontam as possibilidades e os caminhos da construção do homem e mulher novos, base necessária para superarmos a grande contradição da sociedade capitalista. E, para tanto, está presente em nossa forma de ser e agir aquela pedagogia libertadora, que nos educa e possibilita construir, junto à classe trabalhadora, as bases de uma sociedade mais fraterna e solidária em todas as esferas.